

## **Globalização VS Fragmentação: Reconfiguração das cadeias de valor e implicações para Portugal no novo contexto geoeconómico.**

### **Resumo**

O presente trabalho/artigo analisa de forma genérica a transformação que caracteriza a economia global atual, marcada pela tensão crescente entre a globalização e a fragmentação. A globalização, responsável durante décadas pela expansão das cadeias de valor, pelo aumento da produtividade e pela integração económica internacional, revelou também vulnerabilidades significativas, sobretudo quando confrontada com choques como a pandemia da covid-19 ou a guerra na Ucrânia. Estes acontecimentos expuseram dependências críticas e fragilidades estruturais, abrindo espaço para uma nova fase em que a resiliência, segurança económica e a autonomia estratégica ganham centralidade.

A fragmentação emerge, assim, como resposta a um contexto geopolítico mais instável, caracterizado pela rivalidade entre grandes potências, pela regionalização da produção e pelo reforço das políticas industriais. As empresas e os Estados procuram agora equilibrar a eficiência com segurança, adotando estratégias de diversificação de fornecedores. Paralelamente, a União Europeia tem procurado fortalecer a sua autonomia estratégica, promovendo maior capacidade de decisão em setores críticos e reduzindo vulnerabilidades externas, sem abdicar da abertura económica.

Para Portugal, este novo enquadramento representa simultaneamente desafios e oportunidades. A localização geográfica, a integração europeia e a especialização em setores estratégicos podem favorecer a atração de investimento e a integração em cadeias de valor mais curtas e resilientes. Contudo, persistem limitações relacionadas com a dimensão empresarial, produtividade e a dependência externa. A capacidade de adaptação, modernização industrial, investimento em qualificações e a integração ativa nas dinâmicas europeias serão determinantes para que Portugal transforme este período de mudança acelerada num vetor de desenvolvimento competitivo.

Renato Pereira, membro N° 17136

Baião, 14 de fevereiro de 2026

## **Introdução**

Vivemos atualmente num mundo marcado por transformações rápidas e profundas, onde mudanças económicas, tecnológicas e geopolíticas ocorrem a um ritmo sem precedentes. Esta aceleração constante altera a forma como os países produzem, comercializam e se relacionam, tornando essencial compreender as dinâmicas que moldam a economia global. Foi precisamente esta perceção, a de que estamos inseridos num contexto em permanente mutação, que me motivou para a escolha deste tema. A globalização, que durante décadas promoveu integração e crescimento, encontra-se hoje em tensão com forças de fragmentação que reconfiguram cadeias de valor, desafiam modelos económicos e exigem novas respostas políticas.

A sucessão de crises recentes, como a pandemia da Covid-19 e a guerra na Ucrânia, expôs vulnerabilidades estruturais e acelerou a necessidade de repensar estratégias de produção, abastecimento e segurança económica. Ao mesmo tempo, a União Europeia procura reforçar a sua autonomia estratégica, enquanto países como Portugal enfrentam o desafio de se posicionar num cenário global mais incerto, mas também repleto de oportunidades.

Este trabalho analisa esta transição, explorando a evolução da globalização, as causas da fragmentação, o papel da autonomia estratégica europeia e as implicações para Portugal. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais clara das forças que moldam a nova geoeconomia e refletir sobre as estratégias que podem reforçar a resiliência e a competitividade nacional num mundo em rápida transformação.

## **1- Globalização: evolução, benefícios e limites**

A globalização, enquanto processo histórico de crescente integração económica, social e tecnológica, transformou profundamente a organização da produção e o funcionamento dos mercados desde o final do século XX. A sua evolução pode ser compreendida em três grandes fases: a liberação comercial pós Segunda Guerra Mundial, a expansão das cadeias de valor globais a partir dos anos 1990 e , mais recentemente, uma fase de questionamento marcada por tensões geopolíticas e vulnerabilidades sistémicas.

A primeira fase consolidou-se com a criação do GATT, em inglês “General Agreement on Tariffs and Trade” que na tradução para português é “Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio”, posteriormente veio a criação da Organização Mundial do Comércio, promovendo a redução de tarifas e a abertura dos mercados. A segunda fase foi impulsionada pela revolução digital, pela queda dos custos de transporte e pela integração de economias emergentes no comércio mundial, como foi China. Este período ficou marcado pela fragmentação internacional da produção, permitindo que empresas multinacionais, e até mais pequenas, distribuíssem etapas produtivas por diferentes países, maximizando a eficiência e a redução de custos.

Os benefícios deste modelo foram amplamente reconhecidos. A globalização contribuiu para o aumento da produtividade, desenvolvimento tecnológico e para a expansão do comércio internacional, em que o PIB mundial cresceu a um ritmo muito rápido durante várias décadas. Milhões de pessoas foram retiradas da pobreza em economias emergentes e os consumidores nos países desenvolvidos beneficiaram de preços mais baixos e maior diversidade de produtos.

Contudo, estes ganhos foram acompanhados por limitações e desequilíbrios que se tornaram mais visíveis ao longo do tempo. A crescente dependência de cadeias de valor longas e complexas expôs economias a riscos de disrupção, como ficou evidente durante a pandemia de Covid-19, quando falhas logísticas e escassez de bens essenciais revelaram fragilidades estruturais. A globalização também contribuiu para a desindustrialização relativa de algumas economias avançadas, gerando tensões sociais e políticas associadas á perda de empregos industriais e ao aumento das desigualdades regionais.

Além disso, a concentração da produção em países específicos criou vulnerabilidades sobretudo em setores críticos como o dos semicondutores, energia, matérias-primas e produtos farmacêuticos. A rivalidade geopolítica entre grandes potências, em particular

entre os Estados Unidos e a China, tornou evidente que a interdependência econômica pode ser utilizada como instrumento de influência política, reforçando a percepção de risco e incentivando políticas de realocação produtiva.

Assim, embora a globalização tenha sido um motor de crescimento e inovação, os seus limites tornaram-se centrais no debate econômico nos dias de hoje. A fase atual caracteriza-se por uma globalização mais cautelosa, seletiva e politizada, onde a eficiência econômica já não é o único critério relevante. A necessidade de resiliência, segurança e autonomia estratégica passou a ocupar um lugar central nas decisões de empresas e governos, abrindo caminho para a emergência de novas formas de organização das cadeias de valor e para uma reconfiguração da ordem econômica internacional.

## **2- Fragmentação: causas e tendências atuais**

A fragmentação econômica tornou-se uma das dinâmicas centrais da economia global atual, refletindo uma mudança estrutural no equilíbrio entre interdependência e soberania. Após décadas de expansão das cadeias de valor globais e de liberalização comercial, o sistema internacional enfrenta agora forças que promovem a regionalização, realocação produtiva e a formação de blocos econômicos mais coesos. Este processo resulta de uma combinação de fatores geopolíticos, tecnológicos e econômicos que alteram profundamente a forma como os estados e as empresas percebem riscos e definem estratégias.

A rivalidade geopolítica entre grandes potências, em particular entre os Estados Unidos e a China, constitui o principal motor da fragmentação. A competição pela liderança tecnológica e pela supremacia econômica transformou setores como os do semicondutores, telecomunicações, inteligência artificial e energia em “arenas estratégicas”. A interdependência, antes vista como um mecanismo de estabilidade, passou a ser interpretada como vulnerabilidade, levando ambos os países a impor restrições à exportação, controlar cadeias de abastecimento e incentivar a produção doméstica. Esta dinâmica tem contribuído para a criação de ecossistemas tecnológicos paralelos, com padrões, infraestruturas e plataformas digitais cada vez menos interfuncionais.

Os choques globais recentes aceleram esta tendência, a pandemia da covid-19 expôs fragilidades profundas nas cadeias de valor, revelando dependências excessivas em setores críticos como nos equipamentos médicos, produtos farmacêuticos e componentes

eletrônicos. A guerra na Ucrânia reforçou esta percepção ao provocar disrupções nos mercados energéticos e agroalimentares, demonstrando que fatores geopolíticos podem comprometer a segurança económica de forma abrupta. Estes acontecimentos evidenciam que a eficiência, embora essencial, não pode ser o único critério na organização da produção global, levando governos e empresas a valorizar a resiliência, redundância e diversificação.

Paralelamente, assiste-se ao regresso das políticas industriais como instrumentos centrais de competitividade e segurança nacional. Estados Unidos, União Europeia e China têm adotado programas ambiciosos para reforçar a produção doméstica, apoiar a inovação e reduzir dependências externas. Exemplos como os “Chips and Science Act” nos Estados Unidos, e o “Net-Zero Industry Act” na União Europeia ou as estratégias chinesas de autossuficiência tecnológica ilustram esta mudança de paradigma, que contribui para uma maior regionalização da produção e para a formação de blocos económicos mais fechados.

A noção de segurança económica expandiu-se significativamente, abrangendo não apenas defesa e energia, mas também dados, cibersegurança, matérias-primas críticas, infraestruturas estratégicas e tecnologias emergentes. Os governos passaram a avaliar a realocação produtiva, a diversificação de fornecedores e a criação de reservas estratégicas. Esta definição de prioridades reforça a percepção de que a autonomia em setores críticos é essencial para garantir estabilidade económica e política.

Como resultado, a globalização não desaparece, mas transforma-se. O comércio internacional continua a crescer, embora de forma mais “regionalizada” e politicamente condicionada. Observa-se a consolidação de blocos económicos com maior coesão interna, como o espaço norte-americano, o bloco asiático centrado na China e a União Europeia com ambições de autonomia estratégica. Esta regionalização altera a geografia da produção e influencia decisões empresariais sobre investimento, logística e inovação.

Para as empresas, este novo contexto implica um ambiente mais complexo e incerto. A fragmentação traduz-se em custos regulatórios mais elevados, necessidade de múltiplas cadeias de fornecimento paralelas, maior exposição a riscos geopolíticos e pressão para realocar ou diversificar operações. Em resposta, muitas multinacionais adotam estratégias de “nearshoring”, “friendshoring” e “reshoring”, procurando equilibrar

eficiência com resiliência e reduzir vulnerabilidades associadas à dependência de regiões politicamente instáveis.

A fragmentação representa uma mudança estrutural na economia global, marcada pela crescente politização das relações económicas, pela regionalização das cadeias de valor e pela redefinição das prioridades estratégicas dos estados. Este processo moldará a competitividade, a inovação e a organização da produção nas próximas décadas, exigindo adaptações profundas por parte de países e empresas.

### **3- Autonomia Estratégica Europeia**

A autonomia estratégica europeia tornou-se um elemento central da resposta da União Europeia ao novo contexto geoeconómico global. Este conceito reflete a necessidade de garantir que a Europa consegue agir de forma independente em áreas essenciais, reduzindo vulnerabilidades externas e reforçando a sua capacidade de decisão num ambiente internacional marcado por rivalidades geopolíticas, instabilidade e crescente competição tecnológica.

A evolução recente da economia mundial demonstrou que a interdependência, embora geradora de eficiência e crescimento, pode também expor os países a riscos significativos. A Europa enfrentou nos últimos anos desafios que evidenciaram dependências críticas em setores como o da energia, tecnologia, saúde e matérias-primas. Estas fragilidades revelaram a importância de assegurar maior resiliência, diversificação de fornecedores e capacidade produtiva própria em domínios considerados estratégicos.

A autonomia estratégica europeia não pretende romper com a globalização, mas sim equilibrar abertura económica com segurança e estabilidade. A União Europeia continua a valorizar o comércio internacional e a cooperação multilateral, mas reconhece que a competitividade futura depende de uma base industrial sólida, de capacidades tecnológicas avançadas e de cadeias de valor menos vulneráveis a choques externos. Assim, a prioridade passa por reforçar a capacidade interna de inovação, promover a transição energética e digital, e garantir que os setores críticos dispõem de meios para responder a crises e evoluções rápidas do mercado.

No domínio energético, a autonomia estratégica traduz-se na necessidade de reduzir dependências externas e assegurar fontes de energia mais diversificadas e sustentáveis.

No plano tecnológico, implica desenvolver competências próprias em áreas como as dos semicondutores, inteligência artificial, cibersegurança e infraestruturas digitais de forma a evitar vulnerabilidades associadas a fornecedores externos. Na indústria, significa fortalecer a capacidade produtiva europeia, promovendo cadeias de valor mais curtas, resilientes e alinhadas com objetivos de sustentabilidade.

A autonomia estratégica europeia é, portanto, um processo de adaptação estrutural que procura garantir que a Europa mantém a sua capacidade de decisão num mundo mais fragmentado. Não se trata de fechar fronteiras ou adotar políticas protecionistas, mas de assegurar que a abertura económica é compatível com a segurança, resiliência e competitividade. Este equilíbrio é essencial para que a UE continue a desempenhar um papel relevante na economia global e para que os seus Estados-Membros possam enfrentar com confiança os desafios das próximas décadas.

#### **4- Implicações para Portugal**

A transformação do contexto geoeconómico global, marcada pela tensão entre a globalização e a fragmentação, coloca desafios significativos para Portugal, mas também abre oportunidades relevantes. A posição geográfica do país, a integração plena na EU e a especialização em setores industriais e de serviços com potencial de crescimento permite beneficiar da reconfiguração das cadeias de valor, desde que sejam adotadas estratégias adequadas de adaptação e investimento.

Portugal pode ganhar relevância num cenário de “nearshoring” e regionalização da produção. A proximidade aos principais mercados europeus, a estabilidade institucional e a disponibilidade de mão de obra qualificada tornam o país um destino atrativo para empresas que procuram reduzir dependências externas e encurtar cadeias logísticas. Setores como o automóvel, aeronáutica, tecnologias de informação, farmacêutica e energias renováveis apresentam condições favoráveis para captar investimento adicional, sobretudo se articulados com a estratégia europeia de reforço da resiliência industrial.

A transição energética e digital oferece igualmente oportunidades para Portugal reforçar a sua competitividade. A abundância de recursos renováveis, em particular a solar e a eólica, posiciona o país como potencial produtor e exportador de energia limpa, contribuindo para a autonomia energética europeia. No domínio digital, o crescimento de

centro de dados, serviços partilhados e empresas tecnológicas demonstra capacidade para integrar cadeias de valor de maior intensidade tecnológica desde que se continue a investir em qualificações e infraestruturas.

Contudo, o país enfrenta também riscos num contexto de fragmentação. A reduzida dimensão do tecido empresarial, a dependência de importações em setores estratégicos e os níveis ainda modestos de produtividade podem limitar a capacidade de resposta a choques externos. A concentração de exportações em alguns mercados e setores aumenta a vulnerabilidade a perturbações geopolíticas e logísticas. Além disso, a competição por investimento estrangeiro será mais intensa, exigindo políticas públicas eficazes e um ambiente regulatório favorável.

A integração ativa nas cadeias de valor europeias será determinante. Portugal deverá reforçar a cooperação com parceiros europeus, participar em projetos transnacionais e alinhar prioridades industriais e tecnológicas com as orientações estratégicas da UE. A capacidade de atrair e reter talento, modernizar infraestruturas e promover inovação será igualmente crucial para garantir que o país não fica na periferia das novas dinâmicas económicas.

As implicações para Portugal dependem da forma como o país se posiciona perante a reconfiguração global. A fragmentação representa riscos reais, mas também oportunidades para reforçar a competitividade, diversificar a economia e integrar cadeias de valor mais resilientes. Com políticas adequadas e uma estratégia clara, Portugal pode transformar este período de transição num vetor de desenvolvimento económico sustentável e de longo prazo.

## **5- Recomendações de política pública**

A crescente fragmentação da economia global e a reconfiguração das cadeias de valor exigem que Portugal adote uma estratégia de política pública orientada para a resiliência, competitividade e a integração ativa nas dinâmicas europeias. As recomendações seguintes procuram responder aos desafios identificados e potenciar as oportunidades emergentes.

Em primeiro lugar, torna-se necessário reforçar a competitividade industrial, promovendo a modernização tecnológica das empresas e incentivando a adoção de processos produtivos mais eficientes e sustentáveis. O apoio à inovação, digitalização e à incorporação de tecnologias avançadas deve ser uma prioridade, sobretudo em setores com potencial de integração em cadeias de valor europeias e mundiais. A criação de condições favoráveis ao investimento, incluindo estabilidade regulatória e simplificação administrativa, é igualmente determinante para atrair empresas que procuram realocar ou diversificar operações.

Em segundo lugar, Portugal deve investir de forma contínua na qualificação da força de trabalho, assegurando que o país dispõe de competências alinhadas com as exigências da transição digital e energética. A formação em áreas como a engenharia, tecnologias de informação, energias renováveis e gestão industrial deve ser reforçada, bem como os programas de requalificação para trabalhadores em setores em transformação. A capacidade de atrair e reter talento nacional e internacional será um fator crítico para o posicionamento competitivo do país.

Outra dimensão fundamental é a integração ativa nas cadeias de valor europeias e mundiais. Portugal deve aprofundar a cooperação com parceiros europeus e com parceiros fora da Europa, participar em projetos transnacionais e fortalecer a sua presença em redes industriais e tecnológicas. A articulação entre empresas, universidades e centros de investigação pode desempenhar um papel decisivo na criação de ecossistemas de inovação capazes de responder às prioridades estratégicas europeias.

A redução de vulnerabilidades externas constitui igualmente uma prioridade. A diversificação de fornecedores, o reforço das infraestruturas logísticas e a aposta em fontes de energia renovável contribuem para aumentar a resiliência económica. No setor energético, valorização dos recursos naturais nacionais e o desenvolvimento de soluções de armazenamento e eficiência energética podem reduzir a dependência de mercados externos e fortalecer a autonomia do país.

Por fim, é importante promover uma estratégia de desenvolvimento territorial equilibrada, que permita distribuir de forma mais homogênea os benefícios da reconfiguração económica. O reforço das infraestruturas, a digitalização do interior e o apoio a clusters regionais podem contribuir para reduzir assimetrias e aumentar a capacidade de atração de investimento em todo o território.

Em síntese, as políticas públicas devem combinar modernização industrial, qualificação, integração europeia e mundial e assim como resiliência económica. Num contexto global marcado por incerteza e mudança, a capacidade da adaptação estratégica será determinante para que Portugal transforme os desafios da fragmentação em oportunidades de desenvolvimento sustentável e competitivo.

## **Conclusão**

A economia global encontra-se num momento de viragem, marcado pela coexistência de forças de integração e de fragmentação que moldam profundamente a forma como os países produzem, comercializam e se relacionam. A globalização, que durante décadas impulsionou o crescimento, inovação e a expansão de cadeias de valor, revelou também vulnerabilidades significativas, especialmente quando confrontada com choques inesperados e tensões geopolíticas crescentes. A fragmentação surge, assim, como resposta a estas fragilidades, traduzindo-se numa maior regionalização, relocalização da produção e valorização da segurança económica.

A União Europeia, consciente deste novo contexto, procura reforçar a sua autonomia estratégica, equilibrando a abertura económica com resiliência e capacidade de decisão. Este movimento não representa um afastamento da globalização, mas sim uma adaptação necessária a um ambiente internacional mais volátil e competitivo.

Para Portugal, este cenário apresenta simultaneamente desafios e oportunidades. A capacidade de atrair investimento, integrar cadeias de valor, modernizar o tecido empresarial e investir em qualificações será determinante para garantir um posicionamento favorável. A transição energética e digital, bem como a crescente procura por cadeias de abastecimento mais curtas e seguras, podem constituir vantagens competitivas para o país, desde que acompanhadas por políticas públicas eficazes e uma estratégia clara de desenvolvimento.

Num mundo em mudança constante e acelerada, compreender estas dinâmicas torna-se essencial. A adaptação estratégica é hoje um requisito fundamental para garantir resiliência, competitividade e crescimento. Portugal, inserido num espaço europeu em transformação, tem condições para enfrentar estes desafios e aproveitar as oportunidades emergentes, desde que mantenha uma visão de longo prazo e uma capacidade contínua de inovação e adaptação.